



GT 066. Visualidades Indígenas

Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz (UFF) -
Coordenador/a, Edgar Teodoro da Cunha (UNESP)
- Coordenador/a

O GT visa reunir pesquisas recentes que analisem as produções audiovisuais feitas por povos indígenas ou sobre eles. O escopo das investigações a serem apresentadas deve agregar reflexões sobre as concepções de imagem do ponto de vista das cosmologias de distintos povos indígenas, mas também reflexões sobre a apropriação das técnicas de produção de imagens, análises de processos de socialização da linguagem do cinema e do vídeo por meio de oficinas e seus paradoxos e experiências correlatas. O objetivo das sessões será analisar as novas visualidades que se colocam para dentro e para fora dos grupos indígenas, o protagonismo dos jovens indígenas na produção de discursos audiovisuais a partir das lógicas culturais; relações entre imagem e xamanismo; circulação de pontos de vista indígena e sua recepção acadêmica, apropriação do audiovisual em processos de transmissão de conhecimento, seus limites e possibilidades. Os temas gerais que serão acolhidos no GT tratam de comunicação intercultural, relações entre imagem e política, questões de autoria, tecnologias nativas do tornar visível, jovens indígenas e apropriação das técnicas do vídeo, transmissão oral e o audiovisual.

RELATOS COLECTIVOS DE TERRITORIOS EN RESISTENCIA: Experiencias de cine amazónico en Ecuador por la defensa del territorio.

Autoria: Andrea Lorena Salas Recalde

Desde la Antropología compartida y talleres de cine comunitario, he podido colaborar con experiencias de cine amazónico en el Ecuador, en los pueblos indígenas Sarayaku y Shuar. Ambas experiencias trabajan con el cine y el vídeo como formas de resistencia y defensa de sus territorios, son como lo dice Pablo Mora, verdaderas estrategias de agenciamiento político para la defensa de la vida y con un ideal de cambio en los paradigmas civilizatorios de nuestra sociedad (Mora, 2015, 31). Sarayaku tuvo que enfrentarse a la invasión de empresas petroleras en 1996. Eriberto Gualinga y su equipo Selvas Producciones, han realizado desde ese entonces una serie de films y vídeos que han servido incluso como evidencia para la CIDH en el caso emblemático, que dictó sentencia contra el Estado Ecuatoriano (2012). Actualmente la producción cinematográfica de Sarayaku, da cuenta de una estrecha relación con la cosmovisión de su pueblo; como es el caso de su último film KAWSAK SACHA, La Canoa de la Vida (2018). El KAWSAK SACHA, Selva Viviente, es una nueva categoría legal internacional que da derechos a la selva y a todo ser que habita en ella, y por ende declara su territorio libre de toda actividad extractiva. En el caso Shuar, por otro lado, la resistencia a través de los medios audiovisuales es más reciente, en un contexto en donde la Megaminería está devastando rápidamente su territorio, el proyecto ETSA NANTU/Cámara Shuar ha producido cortometrajes de ficción y documental que dan cuenta por un lado, la resistencia y la lucha en films como "Visita Inesperada" "Quién Mató a Tendetza?" y por otro, la cosmovisión en filmes como Iwianch o Tsunki. Hay un punto de partida en ambos proyectos, la defensa del territorio, de la selva viviente, de las cascadas, de las montañas, de los ríos, y de los seres que habitan en ella, nos estamos refiriendo como dice Escobar (2015) a unas luchas ontológicas. Para los indígenas amazónicos, el territorio tiene una dimensión cosmológica, es el lugar en donde habitan y co-existen otros seres no-humanos con los que mantienen relación de protección, de hostilidad, de alianza o de intercambio de servicios (Descola, 2011, 31). Así por ejemplo está Nunkui, el espíritu que cuida el aja shuar (chakra), Tsunki el espíritu del agua; Etsa es el sol; Arutam, la fuerza más poderosa, el espíritu del guerrero que habita en las Cascadas Sagradas (Perruchon, 2003, Harner 1994, Mader 1999, Taylor 1981). Haremos un recorrido por ambas experiencias para analizar las luchas ontológicas de estos pueblos y su relación con el cine y el vídeo.

DIREITOS HUMANOS E ANTROPOLOGIA EM AÇÃO



31ª RBA - Reunião Brasileira de Antropologia
9 a 12 de dezembro de 2018

Brasília - DF www.portal.abant.org.br/evento/rba/31RBA

ISBN: 978-85-87942-61-6



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

